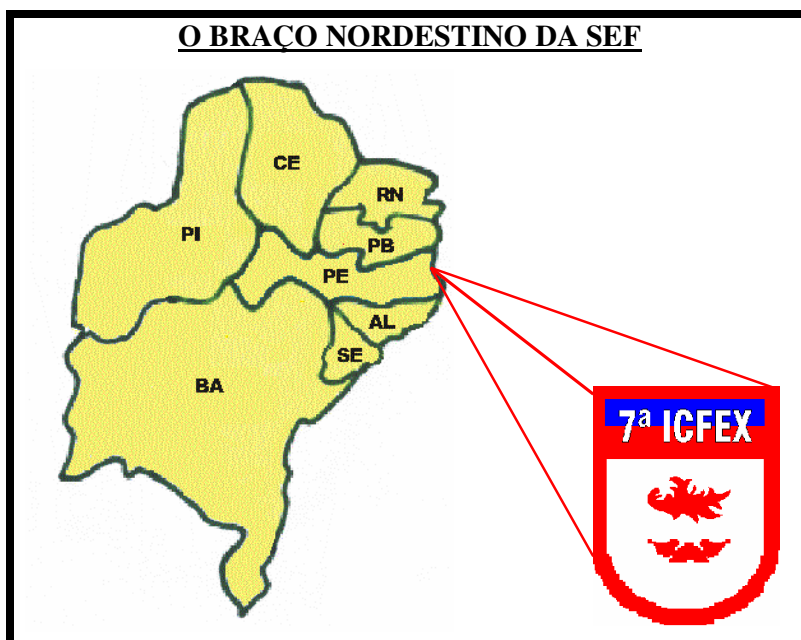




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 07
(31 DE JULHO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008</i>	<i>Pág 1</i>	
----------	---	--------------	--

ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Atividade Pericial Contábil	2
“B”	- Publicação de atos no DOU - SRP	5
“C”	- Recolhimento de Encargos Sociais de Motorista de Carro-Pipa	7

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008	Pág 2	
----------	--	-------	--

ANEXO “A”

ATIVIDADE PERICIAL CONTÁBIL

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Of nº 160 – Asse Jur – 04 (A1/SEF)

Brasília, 24 de junho de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Sr Diretor de Auditoria

Assunto: atividade pericial contábil

Ref: Of nº 230–Asse Jur – 07 (A1/SEF), de 01 Out 07,
Of nº 099-Asse Jur-04 (A1/SEF), de 02 Ago 04

Anexo: cópia da Lei nº 11.690, de 09 Jun 08.

1. Versa o presente expediente sobre alterações legislativas afetas à atividade pericial contábil no âmbito do Exército Brasileiro.

2. Antes de tratar das novas regras relativas à realização de perícias, cumpre sintetizar os fundamentos jurídicos do entendimento desta Secretaria no sentido da necessidade de dois peritos para elaboração de laudos periciais no âmbito do Exército, inclusive os laudos contábeis, nos termos do Of nº 230 – Asse Jur – 07 (A1/SEF), de 01 Out 07 e do Of nº 099 – Asse Jur – 04 (A1/SEF), de 02 Ago 04.

a. No âmbito das atribuições da Administração Militar, a atividade pericial pode se fazer necessária para apuração de fatos e/ou responsabilidades no curso de sindicância e inquérito policial militar, os quais podem gerar desdobramentos como punição disciplinar, ação penal militar e tomada de contas especial, por exemplo.

b. Não raras vezes, laudos resultantes de perícias realizadas no curso de inquéritos e sindicâncias são utilizados na fase de instrução probatória da ação penal militar por razões de economia processual, ou seja, para evitar a repetição de diligências com finalidade e resultados já atingidos.

c. Adotando-se a premissa de que o objetivo da ação penal militar é a apuração do cometimento de crime definido no Código Penal Militar¹ (CPM) e que esta deve ser processada conforme o Código de Processo Penal Militar² (CPPM) - cujo artigo 318 estabelece que “as perícias serão, sempre que possível, feitas por dois peritos, especializados no assunto ou com habilitação técnica” – à primeira vista, é aceitável a conclusão de que seriam admissíveis as perícias realizadas por apenas um perito.

¹ Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

² Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008</i>	<i>Pág 3</i>	
----------	---	--------------	--

(Continuação do Ofício 160 – Asse Jur – 08 (A/1-SEF), de 24 de junho de 2008 – página 2)

d. Todavia, no decorrer da ação penal militar, originariamente processada pela Justiça Militar, pode ocorrer o deslocamento da competência e a remessa dos autos para a Justiça comum (estadual ou federal) em razão da constatação da inexistência de crime tipificado no CPM e da existência de crimes tipificados no Código Penal³ (CP), cujo processamento deve ser realizado conforme as disposições do Código de Processo Penal⁴ (CPP), que assim dispõe:

Art. 159. Os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais.

§ 1º Não havendo peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame.

e. Considerando, portanto, que o mesmo laudo poderá ensejar diferentes procedimentos, inclusive ações penais comuns nas quais são exigidos laudos realizados por dois peritos, consolidou-se a orientação desta Secretaria no sentido da obrigatoriedade da realização de perícias por dois peritos, evitando-se o risco de nulidades processuais e a necessidade de realização de novas perícias nas hipóteses de modificação superveniente de competência, por exemplo.

3. Recentes alterações no panorama legislativo fazem necessário o reexame da orientação até então predominante, conforme será explicitado adiante.

a. A Lei nº 11.690, de 09 Jun 08, alterou dispositivos do Código de Processo Penal, inclusive o citado artigo 159, que terá o seguinte teor após o período da vacatio legis⁵:

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

§ 2º Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

[...]

§ 6. Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.

§ 7. Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.

b. Em outras palavras, a nova regra estabelece que as perícias poderão ser realizadas por apenas um perito oficial ou duas pessoas idôneas portadoras de diploma de curso superior; em razão de eventual complexidade, será possível a designação de mais de um perito oficial.

³ Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

⁴ Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

⁵ Vacatio legis é o lapso temporal entre a publicação da lei e a sua entrada em vigor.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008</i>	<i>Pág 4</i>	
----------	---	--------------	--

(Continuação do Ofício 160 – Asse Jur – 08 (A/1-SEF), de 24 de junho de 2008 – página 3)

c. A Lei nº 11.690, de 2008, também estabeleceu o seguinte:

Art. 3º Esta Lei entra^(sic) em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

d. Considerando-se que a publicação oficial foi realizada no Diário Oficial da União do dia 10 de junho de 2008, as novas disposições do Código de Processo Penal entrarão em vigor no dia 09 de agosto de 2008⁶, devendo ser aplicadas a partir desta data aos processos em curso, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da Lei anterior⁷.

e. Portanto, diante das alterações legislativas noticiadas, as quais entrarão em vigor no próximo dia 09 Ago 08 - a partir de quando não será obrigatória a participação de dois peritos na elaboração de laudos na ação penal comum, eventual deslocamento de competência para o processamento da ação penal iniciada na Justiça militar pela Justiça comum não acarretará qualquer risco de nulidade, razão pela qual não haverá necessidade da participação de dois peritos na elaboração de laudos periciais no âmbito da Administração Militar.

4. Ex positis, esta Secretaria entende que, à luz das alterações introduzidas no Código de Processo Penal comum pela Lei nº 11.690, de 2008, as quais entrarão em vigor no dia 09 Ago 08, os laudos que serão elaborados a partir de tal data, no âmbito da Administração Militar, poderão ser realizados por apenas um perito oficial em razão da inexistência de risco de nulidades processuais na hipótese de deslocamento de competência da Justiça militar para a Justiça comum, ressalvada a possibilidade de designação de mais de um perito oficial se houver complexidade que abranja mais de uma área de conhecimento especializado.

5. Nesses termos, remeto o presente expediente a Vossa Excelência para conhecimento, difusão no âmbito das ICFEx e destas às UG (publicação em separata nos Bol Infor de julho de 2008) e adoção das demais providências julgadas cabíveis.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

6 Lei Complementar Nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, artigo 8º, § 1º: A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

7 CPP, art. 2o: a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008	Pág 5	
----------	--	-------	--

ANEXO “B”

PUBLICAÇÃO DE ATOS NO DOU - SRP

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Of nº 069 – A/2-CIRCULAR

Brasília, 09 de julho de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Aos Srs Chefes de todas as Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: Publicação de atos no DOU

Ref: Of nº 256-S3/3ª ICFEx, de 16 Jun 08.

Anexos: - Modelo para publicação de resultado do julgamento de licitação por Pregão e pelo SRP (**Anexo “A”**); e
- Estrutura para envio da publicação do resultado de licitação por Pregão e por Registro de Preço, para a Imprensa Nacional (**Anexo “B”**).

1. Versa o presente expediente sobre consulta formulada pela 3ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército – 3ª ICFEx, com vistas a dirimir dúvida apresentada pela Policlínica Militar de Porto Alegre – PMPA, quanto à publicação no Diário Oficial da União (DOU), do resultado de licitação realizada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), pelas UG gerenciadoras.

2. Após estudar o assunto sob o aspecto técnico-normativo e em razão do elevado número de itens das licitações realizadas pelo SRP, e dos custos elevados das publicações no DOU, esta Secretaria entrou em contato com a Imprensa Nacional com o intuito de verificar o que necessariamente deve ser divulgado, quando da realização de licitações na **modalidade Pregão e de certames com Registro de Preços**.

3. Consubstanciada nas informações recebidas da Imprensa Nacional e no estudo realizado, esta Secretaria resolveu o seguinte:

- determinar que o Anexo “D”, do Ofício nº 065-A2/SEF, Circular, de 18 Jun 02, seja utilizado somente para as modalidades de licitação “Tomada de Preços” e “Concorrência”;
- tornar sem efeito as orientações contidas no Ofício nº 013-A2/SEF, Circular, de 28 Fev 05; e
- orientar as UG responsáveis por essas publicações que divulguem os resultados de seus processos licitatórios no DOU, **seguindo os modelos constantes dos Anexos “A” e “B”**.

4. As ICFEX deverão divulgar o teor do presente ofício às suas UG vinculadas, por intermédio de publicação no Boletim Informativo do mês de julho de 2008.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSÓRIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008	Pág 6	
----------	--	-------	--

ANEXO A

Modelo para publicação de resultado do julgamento de licitação por Pregão e pelo Sistema de Registro de Preços

RESULTADO DE LICITAÇÃO POR PREGÃO (OU REGISTRO DE PREÇOS)

Licitação: (Modalidade da licitação – Pregão ou Concorrência – número e ano; exemplo: Pregão nº 001/2005).

Registrado: (Informar o nome das empresas e o total geral dos valores que lhes foram adjudicados para fornecimento, conforme o resultado do Pregão ou do Registro de Preços).

Responsável pelo julgamento: (Informar o Nome, posto do Pregoeiro).

ANEXO B

Estrutura para envio da publicação do resultado de licitação Por Pregão e por Registro de Preço para a Imprensa Nacional.

O envio do extrato para a publicação na Imprensa Nacional deverá seguir a forma do caso hipotético abaixo apresentada.

RESULTADO DE LICITAÇÃO POR REGISTRO DE PREÇOS

Pregão nº 001/2005. Registrado: Empresa ABC Ltda, valor total R\$ 25.000,00; Empresa JHRF Ind e Com Ltda, valor total R\$ 15.000,00; e Empresa XYZ Comercial Ltda, valor total R\$ 5.000,00.
Responsável pelo julgamento: NOME, POSTO, Pregoeiro.

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008	Pág 7	
----------	--	-------	--

ANEXO “C”

RECOLHIMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS DE MOTORISTA DE CARROS-PIPA

Esta Inspeção encaminhou à SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)**

Ofício nº 033-S/3

Recife-PE, 27 de junho de 2008

Do: Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Ao: Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: Recolhimento de Encargos de Motorista de
Carro Pipa – consulta.

Ref: Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 julho de
2005 e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Anexo: Of nº 262-E4.1 de 14 Nov 07 do Ch do CMNE.

1. Trata o presente expediente sobre consulta feita por Unidade Gestora (UG) Vinculada a esta Inspeção, versando sobre recolhimento de encargos de motorista de carro pipa.

2. Solicito a V. Exª a possibilidade de mandar apreciar a consulta do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada (16º R C Mec), formulada por meio das MSG nº 2008/0423116, de 15Abr08, onde questiona de quem é a responsabilidade de fazer o pagamento do INSS do motorista, quando a UG efetua contrato com o proprietário do caminhão e este contrata ou coloca outro motorista para dirigir o carro-pipa.

3. Para o assunto em comento, imperioso se torna tecer alguns comentários, a saber:

a. Para a contratação dos autônomos, aqui chamados de pipeiros, as UG seguem orientações do COTER e do CMNE. O processo guarda similaridade com as contratações dos PSA.

b. Em recentes visitas de auditorias realizadas nas diversas UG, foram constatados que alguns motorista de carros-pipa eram diferentes daqueles contratados pela administração. Constatou-se, ainda, que os mesmos não tinham nenhum vínculo empregatício com os primeiros, ficando a mercê de toda a sorte, em caso de necessidade de qualquer assistência para si ou para os seus dependentes.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008	Pág 8	
----------	--	-------	--

(Continuação do Of nº 033-S/3 fl 02/04)

c. Aprofundando a análise, verificamos que alguns contratados não possuíam habilitação prevista para atuarem como pipeiro; salientamos que o pipeiro é o autônomo, e este deve conhecer o ofício para o qual está sendo contratado. Desse modo, como entender que haja um contrato com um pipeiro que não tenha a carteira de motorista prevista pelo DETRAN para dirigir um carro-pipa. Assim, surgiu o motorista para trabalhar no lugar do contratado, sem a sub-contratação e o recolhimento dos encargos sociais previstos pelo INSS, para quem de direito.

d. Por outro lado, há pipeiros com habilitação prevista, que têm mais de 01 (um) veículo, e que atua como pessoa jurídica (empresário), colocando seus carros-pipa com motoristas para realizar a tarefa de entregar água nos locais especificados pela UG. Da mesma forma, não há sub-contratação e os recolhimentos do INSS para os motoristas.

e. Outra forma encontrada para contratar o pipeiro é evidenciada quando uma pessoa aluga um carro de terceiro e assina o contrato com a UG.

f. Deve-se evidenciar que a UG confecciona as NE, NS, OB, GPS e GFIP para os contratados.

g. Instadas a se manifestarem sobre os motivos pelos quais os contratados não confeccionam os sub-contratos e não recolhem as obrigações junto ao INSS dos motoristas, as UG alegam que haveria o abandono dos mesmos, em virtude de possíveis perdas de bolsas assistenciais no caso de passarem a receber alguma importância oficialmente e, conseqüentemente, estaria prejudicada a operação pipa.

4. Ao consultar a legislação afeta ao tema é pertinente os seguintes comentários:

a. Em consonância com o disposto no Ofício nº 262-E4.1 de 14nov07 do Ch do CMNE aos Comandantes de Grande Unidade do CMNE, a UG contratante deve exigir uma cópia da sub-contratação e fiscalizar o recolhimento dos encargos sociais dos respectivos sub-contratados.

b. De acordo com o contido no Art. 3º, parágrafo 4º da Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, juntamente com o Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) equipara-se a empresa, para fins de Obrigação Previdenciária, o contribuinte individual, em relação ao segurado que lhe presta serviço;

c. Vale ressaltar que, para sublocar o veículo, o contratado deve possuir o CEI (Cadastro Específico do INSS), haja vista o previsto nos Art 15 ao 20, da Lei 3.807, de 26Ago60 – Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), devidamente cadastrado no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), onde qualquer pessoa física assume os Direitos e Obrigações como empregador, recolhendo todos os Encargos e Obrigações Sociais previstos.

d. De acordo com o Art 966 do Código Civil, o "Autônomo" passa à condição de "Empresário", quando exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.

e. A situação apresentada pela UG, salvo melhor juízo, descaracteriza o conceito de condutor autônomo, podendo alterar a base de cálculo (salário de contribuição) do INSS, prevista no § 2º, do Art 69, da Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, “in verbis”:

“ O salário de contribuição do condutor autônomo de veículo rodoviário (inclusive o taxista), do auxiliar de condutor autônomo e do operador de máquinas, bem como do cooperado filiado à cooperativa de transportadores autônomos, conforme estabelecido no § 4o do art. 201 do RPS, corresponde a vinte por cento do valor bruto auferido pelo frete, carreto, transporte, não se admitindo a dedução de qualquer valor relativo aos dispêndios com combustível e manutenção do veículo, ainda que parcelas a este título figurem discriminadas no documento.”

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008</i>	<i>Pág 9</i>	
----------	---	--------------	--

(Continuação do Of nº 033-S/3 FI 03/04)

5. Sobre o assunto, esta Setorial Contábil entende que as contratações somente devem ser firmadas com os motoristas, tanto aqueles que dispõem de carro-pipa, quanto aqueles que alugam veículo para a execução do trabalho. Neste último caso, além da documentação já exigida, faz-se mister a apresentação do contrato de aluguel do caminhão pipa com terceiros. Dessa forma, a UG deverá somente firmar o contrato com o autônomo que realizará a tarefa de entregar a água. Assim, discordamos do entendimento do CMNE, visto que o autônomo passa para a condição de empresário (Art 966, do Código Civil), na medida que tenha que contratar motoristas para lhe prestar o serviço na condução do veículo.

6. As demais formas, apresentadas nas letras “c” e “d” do item “3”, não se figuram adequadas, em virtude de argumentos já expostos no que tange à vinculação de autônomo e empregado.

7. Em relação à letra “g” do item “3” é fundamental que a UG esteja na esteira da legalidade e não se desvie de suas obrigações no cumprimento das normas em vigor, em função de alegações que não tenham base legal.

8. Isto posto, solicito a V. Exª a possibilidade de mandar ratificar ou retificar o entendimento desta Setorial Contábil.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO – Cel Int
Chefe da 7ª ICFeX

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 07, de 31 de julho de 2008</i>	Pág 10	
----------------------	---	--------	--

Esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

Of nº 078 – A/2

Brasília, 15 de julho de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: recolhimento de encargos sociais

Ref: Of nº 033-S/3, de 27 Jun 08.

1. Versa o presente expediente sobre recolhimento de encargos sociais relativos à subcontratação de motorista de carro pipa.

2. Em atendimento à solicitação contida no documento da referência, informo-vos que esta Secretaria ratifica o entendimento mantido por essa Setorial Contábil, pois, admitir a subcontratação de motoristas pelo autônomo poderá aumentar as dificuldades de fiscalização, por parte da Administração da UG, dos recolhimentos de encargos sociais previstos nas cláusulas contratuais que regulam a prestação de serviços de distribuição emergencial de água no semi-árido brasileiro – Operação Pipa.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSÓRIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”